

Acordo salarial da Eletrobrás será estendido a estatais

WASHINGTON — O Governo vai estender a todas as empresas estatais o acordo salarial assinado com a Eletrobrás, informou ontem o ministro da Fazenda, Eliseu Resende, confirmando notícia antecipada pelo "Panorama Econômico" do GLOBO. O acordo com os eletricitários foi negociado pelo próprio Eliseu, quando era presidente da Eletrobrás.

Com a nova política, que terá como modelo o acordo salarial da Eletrobrás, os funcionários das estatais que ganham acima de seis salários mínimos por

mês terão de um esperar um ano para recuperar integralmente o poder de compra perdido com a inflação.

O acordo com os eletricitários, homologado pela Justiça do Trabalho, aplica, até a faixa de seis mínimos, a regra da lei salarial — antecipações bimestrais de 60% da inflação e reposição integral no quadrimestre. Acima daí, o aumento é escalonado. No primeiro mês os salários recebem 45% do INPC; no segundo, 50%; e no terceiro, 55%. Chegando ao primeiro quadrimestre

concede-se novo reajuste para atingir 75% da inflação incorrida nos quatro meses.

A regra de antecipações mensais vale para o segundo e o terceiro quadrimestres. No segundo quadrimestre, aumenta-se a reposição para 85% da inflação incorrida. Apenas ao final do terceiro quadrimestre, quando se chega à data-base, os salários recuperam 100% da inflação.

A política salarial das empresas estatais faz parte do que o ministro Eliseu chama de "ge-

renciamento" do plano econômico.

— Se houver uma política salarial, as estatais cumprem. O que não pode é ficar sem regra, como hoje — disse Eliseu ao GLOBO.

O presidente Itamar Franco já assinou decreto reduzindo em 10% o custeio das estatais este ano. Segundo Eliseu, essa despesa é da ordem de US\$ 37 bilhões por ano. Com o corte de 10%, o Governo espera uma economia de US\$ 3,7 bilhões, o equivalente a cerca de 1% do PIB.(N.T.)